

## **REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS** (Aprovado pela Resolução CONDEL nº 001/2020, de 29/1/2020)

### **CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE E DURAÇÃO**

**Art. 1º** – O Comitê de Privacidade e Proteção de Dados – COPPD e seu Regimento Interno são instituídos por Resolução do Conselho Deliberativo da PREVIRB – CONDEL, no uso de suas atribuições estatutárias.

**Art. 2º** – O COPPD, de caráter consultivo, tem como finalidade auxiliar a Diretoria Executiva – DIREX na definição de estratégias e tomada de decisões relacionadas à Privacidade e Proteção de Dados.

**Art. 3º** – O COPPD tem prazo de duração indeterminado, podendo extinguir-se somente por deliberação do CONDEL, mediante Resolução.

### **CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º** – O COPPD será integrado pelos seguintes componentes ou, em suas ausências, por seus respectivos substitutos, como membros suplentes:

- I** Superintendente Geral – SUPGE, como Coordenador;
- II** Diretor de Benefícios – DIBEN;
- III** Gerente de Infraestrutura – GEINF;
- IV** Gerente de Seguridade e Atuária – GESEG;

**§ 1º** – O SUPGE, indicado com base no Art. 4º, inciso V do Estatuto, como Encarregado, será o Coordenador do Comitê, devendo indicar um substituto para suas ausências.

**§ 2º** – O Assessor da Diretoria – ASDIR, irá participar das reuniões, na qualidade de secretário, sem direito a voto.

**§ 3º** – O COPPD, quando julgar necessário, poderá convidar qualquer empregado para participar das reuniões, inclusive dos patrocinadores, sem direito a voto.

### **CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ**

**Art. 5º** – Compete ao COPPD:

- I** Apoiar a Administração na definição de estratégias voltadas à privacidade e proteção de dados;
- II** Acompanhar o desenvolvimento dos Planos de Ação da Fundação voltados para privacidade e proteção de dados, visando sua permanente aderência aos princípios e regras estabelecidos pela Lei nº 13.709/18 (LGPD) e seus dispositivos;
- III** Garantir, em conjunto com o Comitê de Tecnologia da Informação – COMTI, que é o responsável pelo estabelecimento da Estratégia de Segurança da Informação e pela Estratégia de TI, que estas estejam alinhadas com as diretrizes de privacidade e proteção de dados;

- IV** Assessorar as diversas áreas da Fundação no alcance de metas e objetivos vinculados a privacidade e proteção de dados;
- V** Avaliar o encaminhamento realizado pelo ASDIR sobre o acompanhamento da legislação oficial, com vistas a identificar o relacionamento de seus dispositivos com as atividades de privacidade e proteção de dados, encaminhando a discussão do assunto no âmbito da Fundação;
- VI** Apoiar a revisão periódica das Políticas da Fundação, no tocante à privacidade e proteção de dados, propondo ajustes quando necessário;
- VII** Apoiar a revisão dos procedimentos, práticas e padrões, realizados pela ASDIR, no tocante à privacidade e proteção de dados, identificando áreas potencialmente vulneráveis, recomendando melhorias e propondo ajustes quando necessário;
- VIII** Orientar a prática da conformidade em relação às normas e procedimentos internos voltados para privacidade e proteção de dados, bem como propor suas atualizações;
- IX** Coordenar esforços para tornar a privacidade mais visível, promovendo a difusão de uma forte cultura de conscientização sobre privacidade e proteção de dados;
- X** Referendar estudo, realizado pela GEINF, sobre o inventário de ativos de informações (físico e digital), sob a ótica da privacidade e proteção de dados, no qual se identifique pontos fracos de segurança, estabelecendo planos de ação para sanar esses pontos;
- XI** Manifestar-se, tempestivamente, sobre as deficiências de privacidade e proteção de dados, apuradas nas diversas áreas da Fundação;
- XII** Analisar, em conjunto com o COMTI, violações específicas de privacidade e proteção de dados, propondo medidas corretivas, quando necessário;
- XIII** Apoiar e acompanhar o processo de Gerenciamento de riscos, realizado pela ASDIR, no que diz respeito à privacidade e proteção de dados;
- XIV** Avaliar e aprovar as campanhas, propostas pelo ASCOM, e os programas de treinamento, originados pela GEINF, destinados à promoção da cultura de privacidade e proteção de dados e à conscientização e capacitação dos recursos humanos da Fundação;
- XV** Dirimir dúvidas sobre questões não contempladas nesta Política e normas relacionadas a privacidade e proteção de dados;
- XVI** Propor alterações em seu Regimento Interno.

**Art. 6º –** Compete ao Coordenador do Comitê:

- I** Convocar e coordenar as reuniões;
- II** Propor a pauta e as datas para realização das reuniões;
- III** Decidir sobre a realização de reuniões por iniciativa dos membros do Comitê;
- IV** Manter a dinâmica das reuniões, organizando os debates e a apreciação das matérias;
- V** Decidir e justificar o voto de qualidade em caso de empate nas votações;
- VI** Apresentar as atas das reuniões para assinatura dos membros do Comitê;
- VII** Decidir sobre os casos omissos e dúvidas na aplicação destas normas.

**Art. 7º –** São atribuições dos demais membros do COPPD:

- I participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do COPPD;
- II analisar, debater e votar os assuntos em discussão;
- III realizar estudos e pesquisas necessários ao desenvolvimento das atividades do COPPD;
- IV propor e requerer informações para auxílio nas tomadas de decisões;
- V propor a inclusão de assuntos nas pautas.

**Art. 8º** – Os membros da Comissão, convidados e eventuais participantes deverão manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre todas as informações e dados disponibilizados, pertinentes aos assuntos tratados nas reuniões, sendo vedada a divulgação interna ou externa de quaisquer documentos produzidos no âmbito do Comitê, sem a devida autorização de seu Coordenador.

#### **CAPÍTULO IV – DAS REUNIÕES E FUNCIONAMENTO**

**Art. 9º** – O Comitê reunir-se-á semestralmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, por solicitação feita por qualquer de seus integrantes, mediante convocação de seu Coordenador, ou ainda por solicitação da DIREX.

**§ 1º** – A convocação será feita com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, ocasião em que a pauta de reunião deverá ser encaminhada aos seus membros.

**§ 2º** – Para a instalação das reuniões, será necessária a presença de, no mínimo, 3 (três) membros efetivos, sendo: um diretor, um representante da GEINF e um da GESEG.

**§ 3º** – As votações do Comitê serão decididas por maioria simples, tendo o Coordenador a prerrogativa do voto de qualidade.

**§ 4º** – Após cada reunião, será lavrada ata que registre os assuntos tratados, bem como as conclusões objeto de votação, sendo obrigatório o registro das justificativas dos votos vencidos.

**§ 5º** – As atas do Comitê deverão ter arquivamento obrigatório, e serão encaminhadas, por cópia, ao CONDEL, ao Conselho Fiscal e à DIREX.

**§ 6º** – As reuniões serão secretariadas por pessoa designada pelo Coordenador.

**§ 7º** – Em se tratando de assuntos de urgência e quando não for possível a realização de reunião presencial, poderão ser utilizadas consultas por e-mail, reuniões telefônicas ou por vídeo conferências, condicionadas as deliberações ao previsto nos §2º a §3º deste Artigo, devendo constar de ata própria, caracterizada e numerada como extraordinária, a ser conferida e assinada na reunião presencial seguinte a sua realização.

#### **CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 10** – As deliberações do COPPD serão consideradas sugestões, às instâncias da Fundação, mantidas as prerrogativas estatutárias da DIREX.

**Art. 11** – As eventuais modificações deste Regimento Interno deverão ser aprovadas pelo CONDEL.

**Art. 12** – O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação.

**Art. 13** – Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo CONDEL.